

## ‘UNIDADES TERRITORIAIS TURÍSTICAS ECOLÓGICAS’ (UTTE’s) E O ‘MAPEAMENTO CONTEXTUAL’ PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO DE NATUREZA

Ismar Borges de Lima  
Eguimar Felício Chaveiro  
Maria Geralda de Almeida  
UFG

**RESUMO:** Este artigo aborda novas perspectivas espaciais e contextuais para o planejamento do destino turístico de natureza tomando como base particularidades do patrimônio natural, a posição geográfica e o fator proximidade do destino em relação ao(s) atrativo(s), os aspectos socioeconômicos e culturais do destino, a infraestrutura básica do *trade*, e a estrutura organizacional local e regional que possibilitem atividades turísticas permeadas por práticas sustentáveis e que permitam a revitalização periódica do ciclo de vida útil do destino. Uma vez que planejamento implica em um processo contínuo e dinâmico de avaliação de realidades, de perspectivas e de variantes diversas para a tomada de decisões, políticas públicas e execução de projetos, duas novas abordagens e ferramentas de análise são introduzidas pelos autores: as ‘unidades territoriais turísticas ecológicas’, chamadas de UTTE’s, e o ‘mapeamento contextual’. Os autores defendem a tese de que o ‘planejamento funcional’ se instrumentaliza a partir da análise conjuntural por unidades de referência (UTTE’s) e pelo mapeamento contextual de um determinado destino turístico para se conhecer em detalhes os principais atores, os conflitos de interesse, os problemas *in loco*, e as articulações existentes. Um planejar que completa o macro planejamento regional, pois busca cruzar informações em diferentes escalas e temas, e, também, identificar antecipadamente fatores subjetivos locais que possam comprometer os resultados esperados. Para ilustrar o caso, os autores usam dados secundários publicados por agências governamentais de turismo bem como dados primários obtidos em trabalho de campo centrado no norte e nordeste goiano, duas regiões que fazem parte de um inventário do ecoturismo em Goiás.

**PALAVRAS CHAVES:** unidades territoriais turísticas ecológicas, UTTE’s, mapeamento contextual, turismo de natureza, planejamento funcional

**ABSTRACT:** This paper focuses on new contextual and spatial perspectives for planning a nature tourism destination taking as basis the particularities of the natural heritage, the geographic position and proximity factor of the destination related to its attractions, the socio-economic and cultural aspects of the destination, the basic infrastructure of the trade, and the local and regional organizational structure which

Promoção



Realização



can enable tourism activities permeated by sustainable practices and can permit a recurrent revitalization of the life-cycle of the destination. Taking into account that planning implies a continuous and dynamic process of assessment of realities, of perspectives and of an array of variants for decision-taking, public policy making, and project development, two new approaches and analytical tools are introduced by the author as follows: the 'ecological touristic territorial unities', named UTTE's, and the 'contextual mapping'. The author defends the thesis of that a 'functional planning' becomes outfitted through a conjoined analysis by using the reference units (UTTE's) and a contextual map of a certain tourism destination, and by getting a detailed background about the main stakeholders, knowledge about the conflict of interests, the problems *in loco*, and the existing articulations. It is a type of planning which fulfils a macro regional planning, because it seeks to interweave a variety of information and to identify, in advance, subjective factors which can jeopardize likely results. To illustrate the case, the author uses secondary data published by government tourism agencies as well as primary data collected in a field trip which took place in the north and northeast of Goiás state where an ecotourism inventory is underway.

**KEY WORDS:** ecological touristic territorial units, UTTE's, contextual mapping, nature tourism, functional planning.

**INTRODUÇÃO:** Desde 2008, o planejamento e a pesquisa em turismo no estado de Goiás passam por um marco histórico com uma série de fomentos, projetos e iniciativas por parte dos governos federal, estadual e municipal, das universidades públicas, das organizações não-governamentais, do *trade* turístico, e de pesquisadores das mais diversas áreas. Pode-se dizer que existe uma força-tarefa, um *think tank* (laboratório de idéias), determinada a melhorar a estrutura e infraestrutura do turismo nas regiões goianas, além de promover o debate teórico e técnico sobre as perspectivas, possibilidades, potencialidades e sustentabilidade das práticas turísticas. Um breve histórico evidencia esta nova postura institucional e dos grupos do setor turístico no estado.

Por exemplo, em 2008, a Fundação de Amparo a Pesquisa em Goiás, FAPEG, abriu uma chamada pública específica (no.005/2008) para pesquisa e extensão em turismo nos domínios: diagnóstico e caracterização do turismo; perfil e estatísticas do

turismo em Goiás; inteligência competitiva em turismo; turismologia; tecnologia de informação em turismo; e gestão da qualidade do turismo. O valor total de R\$ 450.000,00 foi colocado em empenho para as 17 propostas escolhidas para compor a rede goiana de pesquisa, entre elas destacam-se: o diagnóstico e inventariação da qualidade em serviços de turismo, da demanda e da oferta turística para o MIDTUR (os sete municípios indutores do desenvolvimento do turismo em Goiás: Pirenópolis, Caldas Novas, Cidade de Goiás, Rio Quente, Alto Paraíso, Aruanã e Goiânia); desenvolvimento sustentável do turismo de interior: o planejamento do turismo rural de Goiás; a implantação do Observatório Virtual do Turismo; a certificação como caminho para o crescimento do turismo sustentável no estado, etc. Em 2009, o projeto-pesquisa 'Diagnóstico do Turismo Ecológico e das Parcerias em Goiás' foi aprovado para o programa de desenvolvimento científico-tecnológico regional (DCR), sendo fomentado conjuntamente pela FAPEG e CNPq e com aportes do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Ainda em 2008, a Universidade de Brasília, através do Centro de Excelência em Turismo (CET), e a Fundação Banco do Brasil, firmaram uma parceria para se implantar 'observatórios de turismo' em duas cidades goianas, Cristalina e Cavalcante, para que elas servissem de modelo inspirador para que outros municípios também encampassem a filosofia dos 'observatórios'. O conceito de 'observatório' pode ser definido como uma congregação de esforços, de dados e informações, e a promoção de debates públicos de base participativa para que haja trocas de experiências da administração da atividade turística, a exposição das necessidades e dificuldades locais, e o alinhamento de idéias para melhor planejar e monitorar as atividades turísticas.

O Agência Goiana de Turismo (AGETUR) e sua unidade de pesquisa recém-criada, o Instituto de Pesquisas Turísticas (IPTUR), também têm se empenhado copiosamente para buscar os melhores caminhos para a viabilização de um turismo de qualidade que propicie o desenvolvimento regional. Com essa finalidade, as

Promoção



Realização



instituições goianas compromissadas com um turismo sustentável têm buscado parcerias com os diversos setores, aproximando os interesses turísticos, unindo objetivos comuns entre as esferas do poder público, a iniciativa privada e as instituições afins, além de criar meios para a divulgação da informação turística tal como a campanha de marketing, 'Viaje Goiás'. Antes disso, em 2003, a AGETUR buscou o ordenamento do território goiano estabelecendo quatro caminhos temáticos regionais para o turismo: Caminho do Sol, Caminho do Ouro, Caminho das Águas, e o Caminho da Biosfera.

A AGETUR e o IPTUR lançaram o projeto de qualificação municipal do turismo visando a reestruturação dos destinos. O projeto funciona em sistema de parceria no qual os municípios contratam consultorias, serviços de assistência, treinamento e capacitação, diagnósticos e pesquisas do IPTUR. Nesse projeto, uma série de critérios estabelecida na Política Estadual de Turismo ajuda a classificar a posição do município no *ranking* da qualidade turística. Um total de 208 municípios foi avaliado levando-se em conta a existência de: Centro de Atendimento ao Turista (CAT), Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), Plano Turístico Municipal, Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), e convênios com o IPTUR. Atualmente, há 24 municípios conveniados ao Instituto. No total, 37 municípios foram classificados em três categorias simbólicas de qualificação: município cristal (10), município esmeralda (7) e o município diamante (20). Em Goiás, apenas 24 municípios possuem CATs, apenas 21 elaboraram planos de desenvolvimento do turismo, e apenas 10 ofereceram o BOH; há 54.148 leitos cadastrados no Sistema de Inventário Turístico (SISTUR).<sup>1</sup>

O SENAC, o IFGoiás e o IESA são algumas das instituições de ensino que oferecem cursos de capacitação em turismo em Goiás. No segundo semestre de 2010, o IESA planeja iniciar mais uma turma de especialização lato sensu voltada para a

---

<sup>1</sup> Informações obtidas no Boletim DADOS do Turismo de Goiás, do IPTUR/AGETUR. Edição no. 01/2010.

capacitação e gestão turística, colocando 50 novos especialistas no mercado. Além disso, o IESA possui diversas pesquisas em turismo em andamento, contribuindo sobremaneira para a produção intelectual segmentada. Estão em análise no IESA propostas de parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa e com municípios goianos visando a melhoria do produto, da gestão, do planejamento e dos territórios turísticos.

## **2.0 - O HOLISMO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO**

É atualmente reconhecido que o turismo deve ser desenvolvido e gerenciado de maneira controlada, integrada e sustentável, com base em um planejamento harmônico. Dentro dessa perspectiva, o turismo pode gerar benefícios econômicos substanciais para uma área sem criar quaisquer problemas sociais e ambientais sérios. Os recursos do turismo podem assim ser conservados para o uso contínuo no futuro. Existem numerosos exemplos no mundo onde o turismo não tem sido bem planejado e gerenciado. Estes desenvolvimentos desequilibrados podem até trazer algum retorno econômico em curto prazo; no entanto, ao longo dos anos, eles acabam por transformar o destino num lugar decadente e sem apelo turístico. Tal situação tem sido prejudicial para os nativos bem como para aqueles que apostavam no sucesso do turismo, mas, perderam espaço e o fluxo de turistas para aquelas regiões que buscaram promover um turismo melhor planejado.

Neste artigo, os autores usam a definição de Mathieson e Wall (1982) para turismo como sendo “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos lugares normais de trabalho e de residência para atividades diversas, e inclui as facilidades criadas para suprir as necessidades delas” (p.1). Turismo de natureza é definido como toda atividade não-urbana, praticada *outdoors*, visando ao entretenimento, aventura, esporte, conhecimento e apreciação tendo o meio ambiente e o seu ecossistema como ‘lugares comuns’; tais atividades são intrinsecamente de reduzido impacto ambiental e realizadas com relativa harmonia e

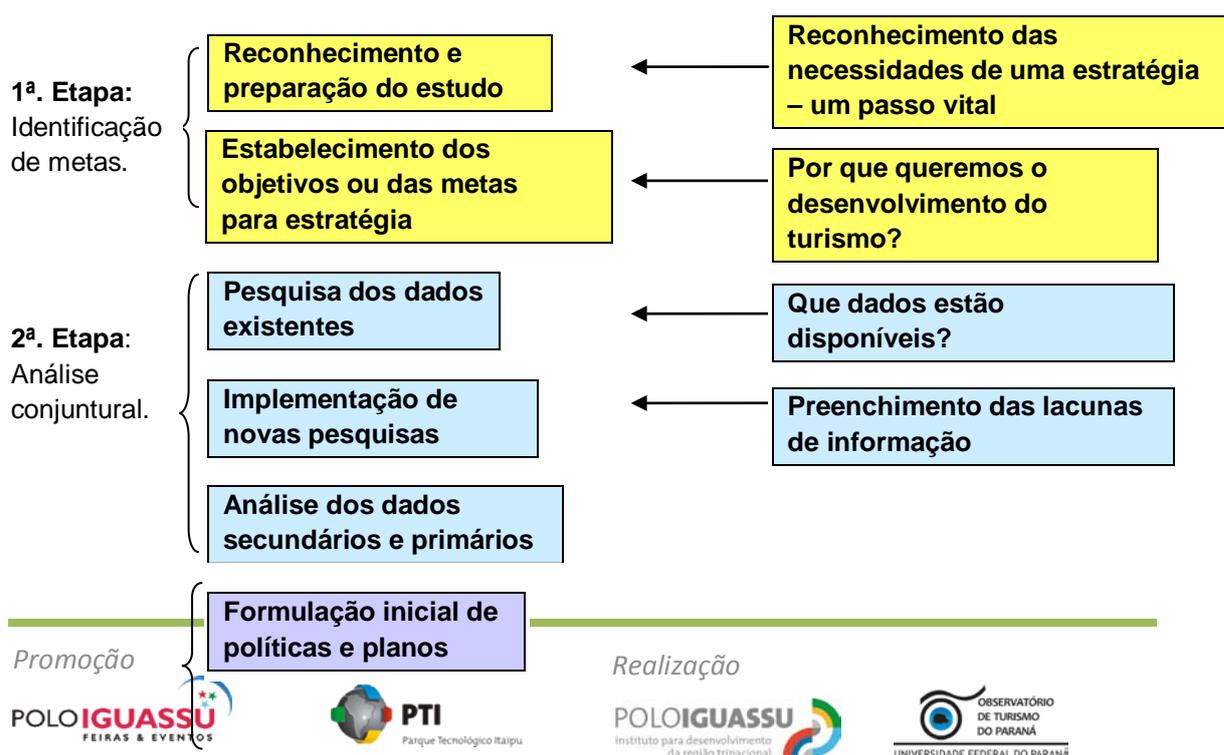
equilíbrio com a fauna, flora e com as culturas locais. São tipos de turismo de natureza: o turismo rural, espeleológico, aventura, bem como o ecoturismo, cicloturismo, arvorismo, turismo científico, viagem de campo, caminhadas ecológicas (*hiking, trekking*), montanhismo, canoagem, *rafting*, esqui, mergulho, *snorkeling*, encontro com as baleias, natação com golfinhos e com os botos cor-de-rosa, etc. Apesar de ocorrer em ambiente *outdoor*, o turismo visando à caça e à pesca predatória é considerado pelos autores como atividade antrópica condenável, e, portanto, não se enquadra como objeto de estudo nesta investigação. Assim, neste projeto o turismo de natureza é avaliado como uma prática que pode ocorrer em áreas que estejam dentro de ‘unidades de conservação’ ou em áreas ‘diversas’.

Para se evitar estender o debate acerca das definições de ‘ecoturismo’, os autores situaram as atividades de ‘turismo de natureza’ dentro de dois amplos conceitos, classificando-as como sendo ‘ecocêntricas’ e ‘antropocêntricas’. Temos, portanto, um ‘**turismo ecocêntrico**’ ou um ‘**turismo antropocêntrico**’. Esse paradigma é discutido de modo conceitual e empiricamente na investigação. No primeiro, os atores e turistas têm uma preocupação com a preservação e interpretação ambiental. A natureza é o centro. No segundo, o ‘ser humano’ ocupa o lugar de atenção, sendo a natureza um ‘objeto’ para satisfazer seus desejos de consumo e para o hedonismo. Não existe uma real preocupação com o meio ambiente nem interesse genuíno em obter conhecimentos sobre a fauna, flora e o ecossistema local. Almeida (2003) elucida ainda que “o lugar turístico e, principalmente, espaço de alteridade do Eu e do Outro posto face à natureza e à cultura. O turismo é, assim, uma prática pela qual o visitante e o visitado se observam, se comparam, identificam suas diferenças, criam opiniões sobre si mesmas e sobre o outro” (p.13). O turismo é uma ocorrência de várias abordagens; ele é geográfico por natureza, mas requer uma abordagem interdisciplinar para sua compreensão (Lima, 2008). Assim, o foco da pesquisa é a atividade turística de viés ecológico, uma preocupação com o patrimônio natural, com as culturas e com a comunidade local em nível municipal, dentro da perspectiva das

Unidades Territoriais Turísticas Ecológicas, UTTE's, para um planejamento turístico funcional. A palavra 'funcional' é usada substituindo-se o termo 'viável'.

Para o planejamento turístico em áreas em que a atividade se mostre com potencialidades em termos de visitação, atrativos, patrimônio natural e cultural, e de atividades de interesse turístico, todos esses aspectos devem ser observados, coletados e analisados quantitativa e qualitativamente a fim de se maximizar os benefícios econômicos, sociais, e, também, para a comunidade local bem como reduzir os níveis de impactos inerentes no processo de desenvolvimento do turismo. Para Lohmann e Netto (2008), o planejamento turístico pode ser definido como "um processo que visa, a partir de uma situação dada, a orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento, local, região, município, estado ou país, tendo como meta alcançar objetivos propostos..." (p.129). Cooper et al. (2001) criou um modelo que ilustra o processo de planejamento turístico, e este pode ser dividido em quatro etapas distintas: identificação de metas; análise conjuntural; tomada de decisões; e operacionalização e avaliação (ver Fig. 1.0).

**FIGURA 1.0 – PROCESSO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO**



**3ª. Etapa:**

Tomada de decisões.

Recomendações

Várias recomendações podem ser apresentadas para uma escolha de políticas

**4ª. Etapa:**

Operacionalização e avaliação.

Implementação

Monitoramento e reformulação de planos

O processo de monitoramento e reformulação é dinâmico e retroalimenta o estágio de políticas e planos

Fonte: Adaptado de Cooper et al. (2001).

No entanto, o modelo de Cooper et al. (2001) mostra-se uma forma ampliada e detalhada do modelo proposto pela *World Trade Organization*, em 1994. Para Lohmann e Netto (2008), os estudiosos brasileiros da área (Bissoli 2000; Barretto 2000; Rose 2002; e Ruschmann 1997; 2002) não tiveram discordâncias sobre essas etapas do processo de planejamento, definindo-as com bastante similaridade em termos de: análise do ambiente, diagnóstico, prognóstico, estratégia, implantação, e avaliação. É importante salientar que há elementos básicos que são indispensáveis para o desenvolvimento e gestão do turismo regional (ver Tabela 1.0).

**TABELA 1.0 - ELEMENTOS REGIONAIS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO TURISMO**

• Legislação e certificação regulamentando a atividade turística.
• Estrutura organizacional tais como agências governamentais de turismo e associações de turismo do setor privado.
• Programas de capacitação em turismo com treinamentos específicos e/ou educação extensiva e complementar aplicados em turismo.
• Estratégias de marketing e pacotes de promoção por parte do governo e/ou do setor privado.
• Aporte financeiro para se desenvolver as atrações turísticas e para se criar e manter a infraestrutura básica, facilidades e serviços necessários para o funcionamento pleno do fluxo turístico em determinada região.
Fonte: Adaptado de <i>World Tourism Organization</i> , 1994, p. 6.

De acordo com Gunn (1994), as experiências com planejamento turístico demonstram que o mesmo precisa ser abordado em três diferentes escalas de forma integrada a fim de se melhor direcionar o desenvolvimento rumo às metas desejadas. As três escalas são: escala de lugar, escala de destino, e a escala regional; elas envolvem todos os representantes do setor de turismo: o setor privado (business), organizações não-governamentais (ONGs) e o governo como fomentador e empreendedor. A **‘escala de lugar’** refere-se a uma área que pertença a um determinado destino cujo proprietário pode ser um indivíduo, empresa, ou agência governamental. Assim, a unidade central para o planejamento é uma propriedade específica para que a mesma possa oferecer a infra-estrutura mínima ao visitante em termos serviços e produtos. Gunn (1994) explica que cada detentor de uma atividade turística – transportes, hospedagem, alimentação ou agências receptivas – deve ter uma visão ampla de todos os fatores relacionados à demanda de mercado e à própria localidade como determinantes para o sucesso ou fracasso do empreendimento.

A **‘escala do destino’** refere-se a uma zona destinatária formada por uma coletânea de ‘unidades turísticas’ (atrações e empreendimentos) que, para efeitos de planejamento, é definida como “uma área geográfica contendo uma massa crítica de desenvolvimento [o conjunto de atrativos e serviços] que satisfaça os objetivos do viajante” (GUNN 1994, p.27). O planejamento nesta escala deve preocupar-se com a redução de impactos sociais, ambientais e econômicos através da cooperação dos vários atores e das jurisdições na ‘escala do destino’. No Brasil, essa escala refere-se a comunidades ou município(s) que possuam atividade e fluxo turísticos, e compartilham os mesmos problemas, atrativos e metas para o setor.

A **‘escala regional’** tem uma macro dimensão para o planejamento turístico envolvendo um grande número de jurisdições e municípios que podem articular ações com o propósito de ampliar benefícios advindos de planos regionais de turismo. A

necessidade do planejamento regional integrado é alvitrada com base no elevado custo da infraestrutura necessária para a logística funcional do turismo; um custo que, logicamente, ultrapassa o orçamento de empreendedores de pequeno e médio porte e, até mesmo, o orçamento de alguns municípios. A existência de um plano de desenvolvimento turístico facilita a integração deste com planos existentes para a indústria, agricultura, florestas, transportes, e assentamentos. Assim, uma 'unidade ou zona turística' não existe em isoladamente; ela existe inserida em um complexo maior da logística e do planejamento turístico de natureza pluralística; ela existe sendo influenciada e moldada por decisões e planos feitos em escala; essa influência pode ser prejudicial ao setor se a tomada de decisões for feita de forma desarticulada, desperdiçando-se tempo e os recursos financeiros e humanos.

Gunn (1994) argumenta que as diferenças de conteúdo e de abrangência nas três escalas (lugar, destino e região) devem ser consideradas quando se planeja para o desenvolvimento do turismo bem como uma grande participação pública no processo, a maximização dos impactos positivos, a sustentabilidade e a sazonalidade. Essa visão de um desenvolvimento integrado e sistêmico do turismo é compartilhada por Lohmann e Netto (2008), Fridgen (1996), Murphy and Murphy (2004), Barretto (2000), Beni (2006), Goeldner et al. (2002), Mason (2003). Gunn (1994) cita sete princípios que sintetizam os principais pontos acerca do planejamento turístico: i) planejamento deveria incluir todos os aspectos de viagem; ii) planejamento deve ser feito prevendo-se um futuro melhor; iii) o turismo atual é dependente de planos e planejamentos; iv) desenvolvimento econômico não deve ser uma meta exclusiva em planejamento; v) planejamento deve incorporar todos os três setores: o governamental, o privado e a sociedade civil; vi) os processos de planejamento são atualmente muito mais interativos; e por último, vil) as três escalas de planejamento precisam de integração (p.30, 31).

Tendo como base os princípios, visões e o holismo do planejamento turístico já discutidos, os autores passam à etapa seguinte da análise focando no

planejamento regional do turismo de Goiás em relação às Unidades Territoriais Turísticas Ecológicas (**UTTE's**).

### **3.0 – OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Como esta pesquisa tem orientação qualitativa e quantitativa, os pesquisadores terão como papel: coletar, processar e cruzar informações e dados já existentes oficialmente para ‘mapear’, ‘diagnosticar’ e ‘traçar perfis’ dos atores e dos destinos turísticos em Goiás. Quantitativamente, a coleta terá como fonte as estatísticas e projeções oficiais do governo e de organizações ligadas ao setor turístico sobre a situação do turismo em Goiás. Qualitativamente, a pesquisa busca obter material para análise descritiva e interpretativa. O estudo visa a produzir diagnósticos contextualizados através do método dedutivo; os diagnósticos serão também amparados por uma coleta primária de dados através de trabalho de campo com visitas aos destinos turísticos para aferimento de informações, registro visual, audiovisual e de imagens paisagísticas, e para o contato direto com os atores atuantes em turismo de natureza para melhor entender as dinâmicas locais da atividade, do cenário, de seus impactos e das perspectivas socioeconômicas.

Por ser uma investigação com vários objetos, variáveis e participantes, a triangulação mostra-se um método apropriado, levando-se em consideração que ele propicia o uso de múltiplas ferramentas para uma análise integrada (HAY 2000; SOBANIA 1999); isso inclui estudos de caso, entrevistas, análise crítica textual em contexto e a observação-participante, garantindo-se a validade e credibilidade do estudo acadêmico (GOLAFSHANI 2003). Com a triangulação, pode-se desenvolver uma pesquisa qualitativa mais consistente, estruturada e organizada para se ‘confirmar’ empiricamente fatos ou ‘refutar’ proposições falaciosas, jogando luz em áreas que mereçam destaque na elaboração de diretrizes para um modelo colaborativo em turismo cujos resultados sejam frutíferos em termos de sustentabilidade.

Cinco etapas demarcam o estabelecimento da metodologia e, conseqüentemente, dos métodos para o desenvolvimento da pesquisa, coleta de dados, análises, atividades e produtos interativos e a divulgação dos resultados. As cinco etapas são: **1)** o pesquisador ganha conhecimento e leitura do assunto-problema objeto da pesquisa. Esta etapa envolve a revisão da literatura com a leitura seletiva de jornais e revistas segmentados, artigos acadêmicos, e o conteúdo disponível em *websites* de organizações e de grupos que estão ligados ao turismo de natureza e/ou participam/promovem parcerias e cooperação no setor; **2)** o ‘raciocínio’ e os argumentos. Nessa etapa escolhem-se os conceitos, abordagens e teorias que melhor explicariam o tema em foco; **3)** o refinamento das ferramentas metodológicas para se fazer interpretações, estabelecer categorias, traçar perfis, gerenciar e tabular dados; um projeto piloto será preparado a fim de se identificar falha na metodologia e/ou na ausência de ferramentas investigativas; **4)** a obtenção de informações e dados em documentos oficiais e na pesquisa de campo *in loco* aos destinos turísticos selecionados. Nesta fase, documentos e informantes de secretarias municipais e estaduais de turismo, na Agetur, no Ministério do Turismo, do Meio Ambiente; na EMBRATUR, no IBGE, nas agências governamentais de turismo, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, entre outros órgãos e organizações terão papel fundamental para a coleta primária e secundária de dados e para a interpretação dos fatos, da geopolítica e do contexto regional conforme proposto na pesquisa. A pesquisa de campo para coleta de dados primária. Envolve viagens e interação com os grupos e o território socioespacial sob investigação, e **5)** as interpretações dos dados e informações bem como a produção de relatórios e publicações.

#### **4.0 – O MACRO PLANEJAMENTO REGIONAL DO TURISMO DE GOIÁS E AS UNIDADES TERRITORIAIS TURÍSTICAS ECOLÓGICAS (UTTE’s)**

A idéia de se estabelecer um conceito de análise, chamado pelos autores de ‘Unitdades Territoriais Turísticas Ecológicas’, as UTTE’s, partiu da

necessidade metodológica de se delimitar geograficamente o objeto de pesquisa possibilitando a compreensão das inter-relações dos fatores e elementos pertinentes ao levantamento, e diagnóstico das atividades turísticas de viés ecológico e cultural.

Assim, as UTTE's não são territórios juridicamente estabelecidos, mas 'unidades referenciais espaciais' situadas dentro das macro regiões de uma província ou estado, facilitando a coleta de dados e o 'mapeamento contextual'. Elas são uma tentativa de reordenamento do território para efeitos de análise da geografia do turismo. As UTTE's são "demarcadas" tomando-se como critério principal o 'patrimônio natural' existente em uma determinada região e o raio de influência e impactos (em escala) deste patrimônio - como atrativo gerador da cadeia produtiva turística - na economia, na comunidade e no meio ambiente local. Outros critérios são considerados tomando-se como base elementos que possam dar uma característica comunal e/ou de interesse coletivo ao território, área ou região em análise. Assim, temos como critério ancilar: **i)** as articulações e associativismo em nível municipal na busca da sustentabilidade turística (redes para a sustentabilidade); inclui-se aqui o próprio COMTUR; **ii)** a cultura local como fator indissociável e complementar ao turismo ecológico, e, portanto, de caráter unificador; **iii)** as proximidades geográficas (centro e entorno); **iv)** o compartilhamento coletivo dos atrativos naturais por grupos ou comunidade(s); **v)** a existência de uma estrutura institucional voltada para a sustentabilidade holística do turismo regional; **vi)** legislação específica de contorno unificante; **vii)** o *status* do território como fator unificante da atividade turística. Por exemplo, as atividades turísticas praticadas em unidades de conservação possuem uma série de subordinações e condições que acabam dando uma característica de unidade territorial turística.

O ponto de partida para se arquitetar as UTTE's foi o trabalho da AGETUR/IPTUR em agrupar as regiões goianas em macro territórios com vocação para determinadas atividades e/ou com características comuns em termos geográficos, topográficos, geológicos, hídricos, etc. Ao todo foram identificadas nove macro

regiões: a agro-ecológica; vale do Araguaia; vale da Serra da Mesa; reserva da biosfera Goyaz; engenhos; das águas; nascentes do oeste; do ouro; dos negócios (ver figura 2.0).<sup>2</sup>

Para ilustrar o conceito das UTTE's, os autores se baseiam inicialmente em dados coletados, em entrevistas e nas impressões acerca do território, da infraestrutura e da atividade turística como presenciados durante a viagem de campo à região nordeste de Goiás. Os municípios visitados foram: Colinas do Sul, situado, na avaliação do IPTUR, na região do Vale da Serra da Mesa, e os municípios de Cavalcante, Alto Paraíso/São Jorge e de Teresina de Goiás, situados na região da Reserva da Biosfera Goyaz. Como a classificação do IPTUR é demasiado abrangente e não específica os patrimônios naturais principais de cada localidade, houve a necessidade de fragmentar as macro regiões em 'unidades' de análise.

Os municípios de Cavalcante, Alto Paraíso/São Jorge, Teresina de Goiás e a comunidade Kalunga compõem o triângulo do entorno da Chapada dos Veadeiros, o principal polo turístico regional. Portanto, com base no critério 'atrativo turístico principal' e, também, considerando-se os critérios articulações/associativismo, legislação específica, e o *status* do território, os dois municípios e o território Kalunga foram enquadrados na 'UTTE do Entorno da Chapada dos Veadeiros'. Em termos de legislação e status da terra, essas localidades têm em comum a Área de Proteção Ambiental (APA) de Pouso Alto e o Parque, e, conseqüentemente, estão subordinadas a uma legislação específica.

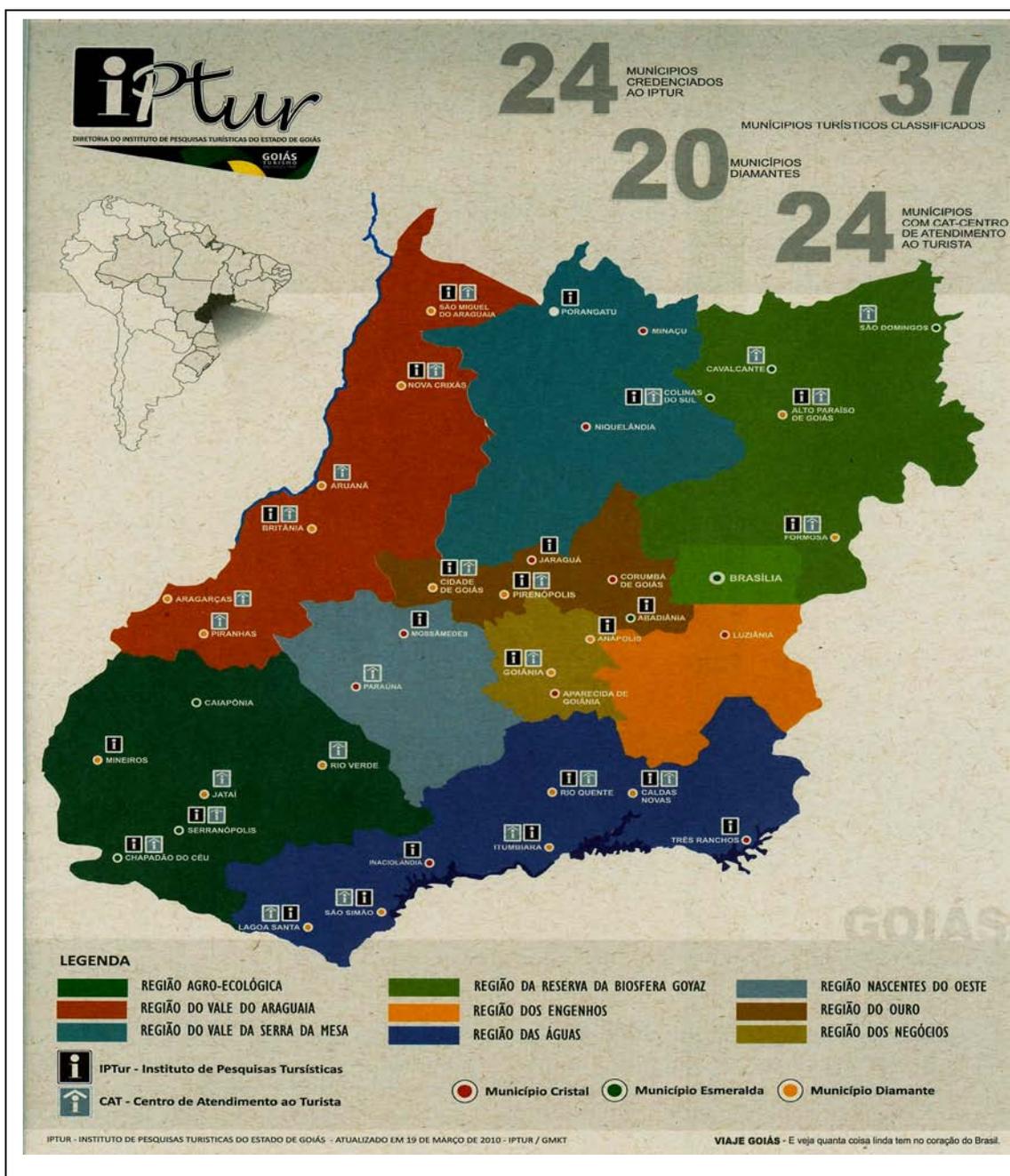
Por outro lado, o município de Colinas de Goiás, por sua posição limítrofe, ficou enquadrado tanto na 'UTTE do Entorno da Serra da Mesa' quanto na UTTE da Chapada (ver figura 3.0). Considerou-se neste caso, o critério proximidade geográfica em relação aos atrativos turísticos ecológicos. Contudo, essa classificação em UTTE's ficaria incompleta se não houver um 'mapeamento contextual' detalhando os aspectos

---

<sup>2</sup> Informações obtidas no Boletim DADOS do Turismo de Goiás, do IPTUR/AGETUR. Edição no. 01/2010.

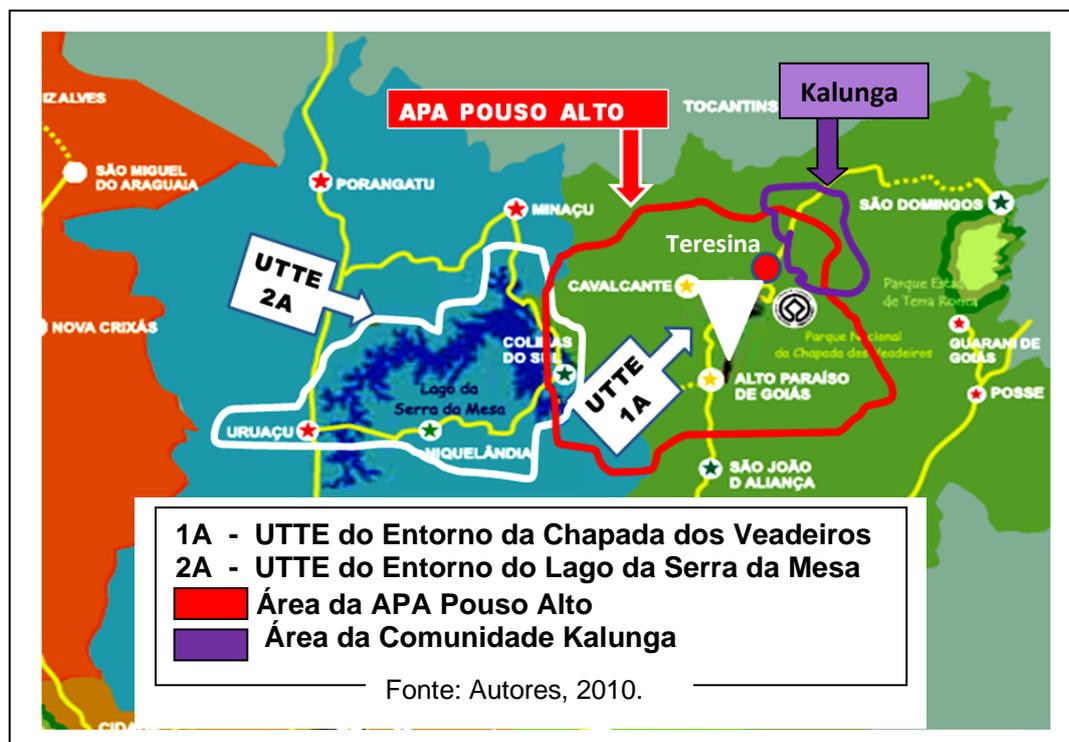
socioeconômicos, ambientais, culturais e as 'realidades' locais em relação ao planejamento, desenvolvimento e gestão da atividade turística de natureza.

**FIGURA 2.0 – REGIÕES GOIANAS E SUAS CARACTERÍSTICAS POR ATIVIDADE OU ATRATIVOS**



Fonte: IPTUR/AGETUR, 2010.

**FIGURA 3.0 – UTTE's DO NORTE E NORDESTE GOIANO: COLINAS E TERESINA DE GOIÁS, CAVALCANTE, ALTO PARAÍSO, E KALUNGA**



### 5.0 - O MAPEAMENTO CONTEXTUAL

O termo ‘mapeamento’ não é usado em um sentido ‘topográfico’ puramente, mas, sim, em referência à leitura e interpretação socioespacial, paisagística, ambiental e econômica relacionadas ao turismo de natureza em um determinado contexto geográfico, representado graficamente por mapas digitais com *hiperlinks* que possibilitam a navegação imediata a todo o conjunto informacional reunido sobre uma determinada área, neste caso, as UTTE’s. O mapeamento contextual tem função complementar em relação às UTTE’s, ampliando e enriquecendo o banco de dados a ser criado sobre as atividades do turismo regional. Isso pode alcançado através de um sistema “inteligente” computadorizado de cruzamento de informações correntes sobre o fenômeno e ocorrências turísticas locais, e de suas implicações e desdobramentos em termos de planejamento e gestão. O papel dos pesquisadores,

atores locais e das organizações pertinentes seria a de “alimentar”, com dados atualizados, esse banco de dados.

Em síntese, a intenção com as UTTE's é a de criar núcleos (ou nichos) turístico-geográficos reunidos pelos princípios de 'proximidade', 'similaridade' e 'integração'; já o mapeamento contextual pormenoriza as características gerais desses núcleos turísticos. Para efeito de identificação e valorização do patrimônio natural nas UTTE's e facilitar o mapeamento dos atrativos, criou-se a 'figura' do Atrativo Natural Local (**ANL**) que tem o propósito exclusivo de quantificar as riquezas ambientais e culturais locais existentes no bioma Cerrado. Elas são classificadas de acordo com o 'valor-ecológico', 'valor-paisagístico' e o 'valor-histórico e cultural'. Tais elementos são essenciais para se inventariar o turismo, mesmo que seja este ainda incipiente, embrionário, como fenômeno e evento.

Como parte da metodologia, as ferramentas de georreferenciamento, os recursos do GIS e o GPS são usadas para se fazer o mapeamento contextualizado do destino turístico, buscando situá-lo geograficamente bem como para se identificar os atrativos naturais regionais. O georreferenciamento possibilita um ordenamento territorial da atividade turística de natureza facilitando o zoneamento ecológico, social e econômico. Busca-se também adaptar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de Crepani et al. (1999) em uma tentativa de estabelecer agrupamentos de turismo de natureza em Goiás a partir da identificação de 'unidades de referência. Os softwares ArcMap, ArcGIS, o Google Earth 5 e o ENVI 4.7 vão ser usados na pesquisa para se obter um banco de dados mais robusto, e para a confecção de mapas e rotas de acesso e uso público uma vez que a proposta dos autores, dentro da perspectiva de uma pesquisa de extensão, é dar um retorno mais imediato do material coletado e das análises, em formato digital pela internet, aos grupos pesquisados, às comunidades e para as pessoas interessadas na problemática do planejamento turístico ecológico.

As figuras abaixo ajudam a ilustrar a idéia central defendida neste artigo bem como o procedimento metodológico proposto para o mapeamento contextual

Promoção

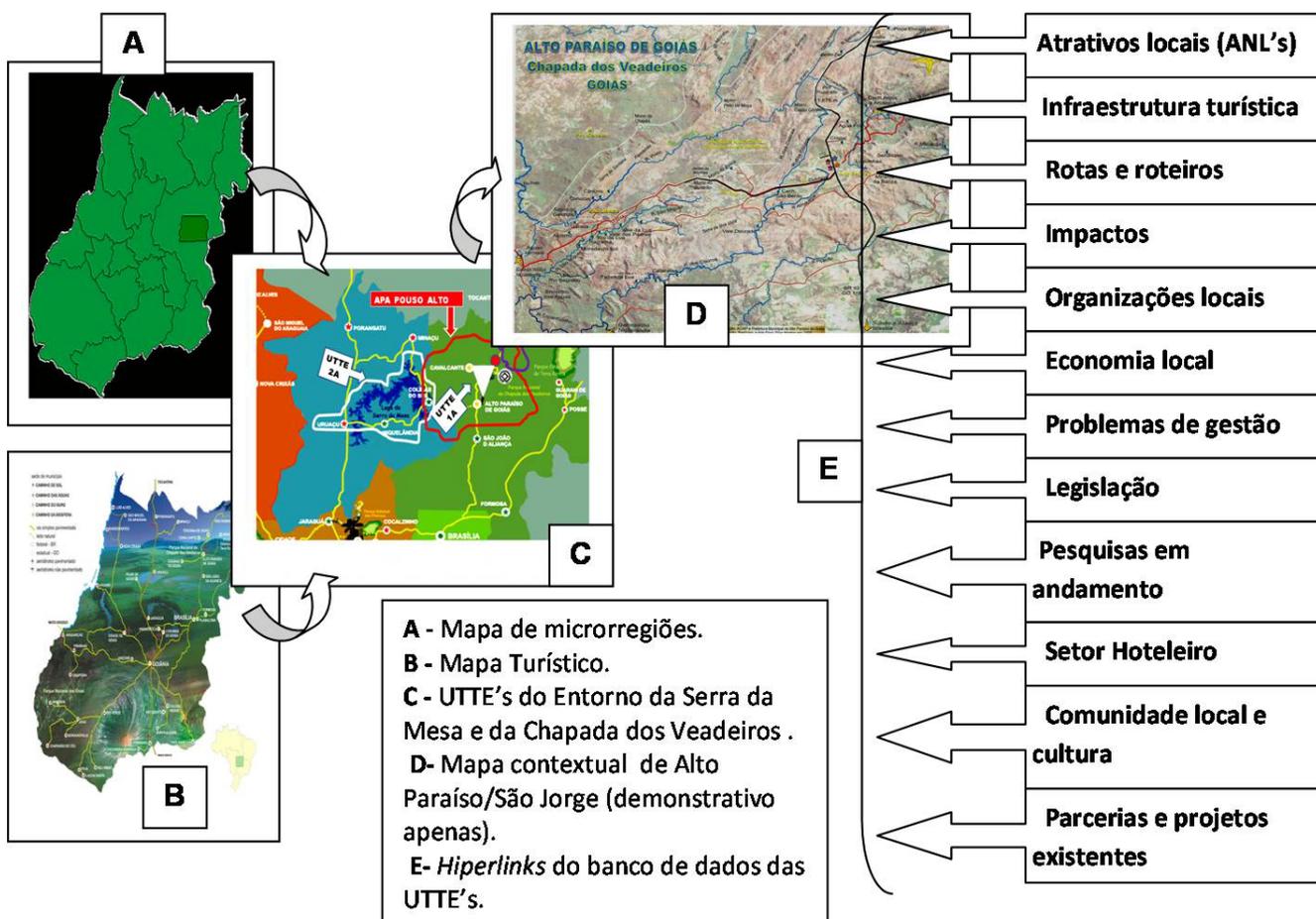


Realização



como uma das formas de reunir, armazenar e gerenciar a informação turística de interesse acadêmico, das organizações não-governamentais, do setor privado, da comunidade local e para os turistas (ver Figura 4.0). O mapeamento contextual torna-se um instrumento ancilar para a análise do turismo como fenômeno e pode ser usado para seu planejamento e gestão.

**FIGURA 4.0 - GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO TURÍSTICA  
REGIONAL POR MEIO DAS UTTE's**



**CONCLUSÃO**

As UTTE's, o mapeamento contextual, e as ANL's são, na verdade, recursos criados para ajudar na materialização da teoria do planejamento turístico sistêmico, pensado em escalas de influência e abrangência, tal como discutido por Gunn (1994). A proposta feita é a do gerenciamento da informação estratégica e, muitas vezes, privilegiada, acerca das realidades locais onde o turismo se corporifica como atividade de significativo peso econômico. Esse gerenciamento visa a maximizar ganhos múltiplos para os atores envolvidos no setor. Mesmo tendo um viés ecológico, o turismo é um produto de consumo; o turismo de natureza é um produto sujeito às intempéries da oferta e da demanda de mercado tal como o turismo de recreação; turismo é um fenômeno volátil, sensível a uma miríade de fatores exógenos; daí, deve ser planejado com reflexões sobre sazonalidade, a linha evolucionária do turismo receptivo, e o ciclo de vida útil de uma área como destino (Butler, 1980).

Como observado neste artigo, não há uma receita para a infalibilidade do planejamento e gestão em turismo; o que predomina, entretanto, são tentativas de melhor administrar as informações e o conhecimento de área para reduzir os riscos de fracassos e falhas de causas iminentes. Assim, o planejamento turístico pode ser feito em diferentes níveis em um país, e torna-se uma das bases para um desenvolvimento regional através do estabelecimento de estruturas físicas e institucionais, e de padrões de desenvolvimento cujo norte é a lógica; ressalta-se que “um conceito adjacente em planejamento turístico é que turismo deve ser visto como um sistema inter-relacionado de fatores de demanda e oferta” (World Tourism Organization, 1994, p.5).

Há uma concordância com o ponto de vista de Lohmann e Netto (2008) de que o ‘planejamento’ em turismo deve ser aquele do aprendizado constante, das repetições e do conhecimento acumulativo obtido em suas práticas diárias. Existem, portanto, tentativas de acerto no desenvolvimento do turismo. Assim como Lohmann e Netto, outros estudiosos do setor, afirmam que algumas preocupações de diferentes matizes dão a tônica ao se pensar um planejamento turístico holístico e sistêmico, tais como:

---

Promoção



Realização



- Estratégias para um desenvolvimento sustentado e sustentável do turismo, ou seja, um turismo de impactos previstos, planejados e controlados;
- O turismo contribui economicamente para a cadeia produtiva gerando empregos;
- O produto turístico como diferencial;
- Capacitação em turismo;
- Gerenciamento estratégico da sazonalidade;
- Preservação ambiental e sociocultural;
- O patrimônio histórico e cultural valorizados;
- Planejamento turístico consultivo e participativo;
- Inclusão das comunidades locais no processo de planejamento e na tomada de decisões: um desenvolvimento turístico deliberativo de base popular;

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. G. de. *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

BARRETO, M. *Planejamento e organização do turismo*. Campinas, Brasil: Papirus, 2000.

BENI, M.C. *Análise estrutural do turismo*. Sao Paulo: Senac, 2002.

—. *Política de planejamento de turismo no Brasil*. Sao Paulo: Aleph, 2006.

COOPER, C. et al. *Turismo: princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

FERNANDES, I.P., and M. F. COELHO. *Economia do turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro : Campus, 2002.

FRIDGEN, J.D. *Tourism and the hospitality industry*. East Lansing, USA: Educational Institute American Hotel & Motel Association, 1996.

GOELDNER, C.R., J. R.B. RITCHIE, e R. W. McINTOSH. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUNN, C. A. *Tourism planning: basics, concepts and cases*. Washington: Taylor & Francis, 1994.

HALL, C. M., and S. J. PAGE. *The Geography of tourism and recreation: environment, place and space*. New York : Routledge, 2005.

Promoção



Realização



HAWKINS, D.E. "Ecotourism: opportunities for developing countries." In *Global tourism: the next decade*, by W. THEOBALD, 247-260. Oxford: Butterworth Heinemann, 1996.

LIMA, I.B. de. "The Micro Geopolitics of Ecotourism: Competing Discourses and Collaboration in New Zealand and Brazil." Hamilton, Nova Zelândia , 2008.

LOHMANN, G., and A. P. NETTO. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. Sao Paulo : Aleph, 2008.

MASON, M. *Tourism impacts, planning and management*. Londres: Butterworth Heinemann, 2003.

MATHEISON, A., and G. WALL. *Tourism: economic, physical and social impacts*. Londres: Longman, 1982.

MEDLIK, S. *Managing tourism*. Oxford: Butterworth Heinemann, 1995.

MURPHY, P.E., and E. MURPHY A. *Strategic management for tourism: bridging the gaps*. Clevedon, UK: Channel View Publications, 2004.

ORGANIZATION, WORLD TOURISM. *Guide for local authorities on developing sustainable tourism* . A tourism and environment publication, Madrid: World Tourism Organization, 1998.

— . *National and regional tourism planning: methodologies and case studies*. London: International Thomson Business Press, 1994.

P.L.PEARCE, A. M. MORRISON, and J. L. RUTLEDGE. *Tourism: bridges across continents*. Sydney, Australia: McGraw-Hill Companies, Inc. , 1998.

PAGE, S.J., and R. K. DOWLING. *Ecotourism*. Harlow, UK: Pearson Publication, 2002.

ROCKTAESCHEL, B.M.M.M. *Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil* . Sao Paulo: Senac, 2006.